

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

OFÍCIO № 84/2025/GAB/SECOM/PR

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor Deputado CARLOS VERAS Primeiro-Secretário Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação 1/2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

De ordem do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, faço referência ao OFÍCIO 1ªSec/RI/E/nº 35/2025, pelo qual V. Exa. encaminha cópia do Requerimento de Informação 1/2025, de autoria do Deputado GUSTAVO GAYER. Em atendimento ao expediente referenciado encaminho abaixo informações e esclarecimentos pertinentes ao mencionado RIC.

Cumpre esclarecer que a SECOM dispõe de equipe própria e dedicada, que atua para dar amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo Federal, divulgar os direitos do cidadão e serviços colocados à sua disposição, estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas e disseminar informações sobre assuntos de interesse público dos diferentes segmentos sociais, cumprindo, assim, suas funções legalmente previstas nos termos do Decreto nº 11.362/2023.

Ainda, cumpre destacar que a SECOM, criada pela Lei nº 14.600, de 2023, submete-se ao controle interno e externo da Presidência da República, conforme previsão Constitucional e infraconstitucional.

Reforçamos que a SECOM zela pela defesa dos preceitos legais de nossa Constituição Federal, garantindo, assim, transparência e acesso à informação pela população.

Assim, em atenção aos questionamentos encaminhados pelo Deputado, informamos que são direcionados ao Governo Federal e são estranhos às competências da SECOM, conforme Decreto supracitado, razão pela qual não será emitido posicionamento, em consonância com a Constituição Federal e o Regimento Interno desta Casa, conforme dispostos abaixo:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal **na área de sua competência** e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

(...)

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, **na área de competência do Ministério**, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão;

Atenciosamente,

SAMARA MARIANA DE CASTRO

Chefe de Gabinete

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Samara Mariana de Castro, Chefe de Gabinete**, em 23/04/2025, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6590266** e o código CRC **D096AA0D** no site:

Pi https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00170.001386/2025-81

SEI nº 6590266

Palácio do Planalto, 2ºandar, sala 210 - Telefone: (61) 3411-1668 CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br